

Saúde do Brasil à beira do colapso

Antonio Carlos Lopes (*)

O subfinanciamento, a incompetência de certos gestores e o descaso da parte expressiva da classe política continua ampliando o número de vítimas na saúde pública do Brasil

A má notícia da semana é que somente uma, entre cada sete crianças com microcefalia, recebeu atendimento segundo todos os protocolos necessários em 2017. De acordo com diretoria do próprio Ministério da Saúde, o aconselhável é que esses pacientes tenham acesso à puericultura, à atenção especializada e à estimulação precoce. Entretanto, apenas 14% receberam o tratamento completo, enquanto mais da metade era assistida de forma integral entre 2015, 2016 e o início de 2017.

O retrocesso, hoje, é recorrente em todos os setores da saúde, refletindo uma política economicista que simplesmente virou as costas para ações com impacto inclusivo. A PEC 241, aprovada por 366 votos na Câmara há pouco mais de um ano, certamente é um dos complicadores do quadro crítico do SUS, podendo, inclusive, levar a rede pública de assistência a um colapso geral. Acontece que a medida congelou por 20 anos os já parcos investimentos em áreas sociais. O único reajuste admitido em lei será pelo índice de inflação do ano anterior, que é infinitamente inferior à inflação anual da saúde.

Em 2017, a inflação oficial foi de 2,95%. Já elevação dos custos em saúde, especialmente em virtude de novas descobertas e tecnologias, explodiu em tempos recentes. O índice de Variação de Custos Médico-Hospitalares ficou em 15,40%, em 2012, 16%, em 2013, 15,80%, em 2014, 19,30%, em 2015, e 20,40%, em 2016. Obviamente a conta

da saúde, que não fechava de forma alguma antes da PEC 241, agora está fadada e permanecer no vermelho por décadas, com alto risco de quebra.

Só para ter uma ideia da inversão de prioridades na atualidade, no orçamento de 2018 estão previstos gastos três vezes maiores com juros da dívida pública do que com saúde e educação. Só a renúncia fiscal fica em R\$ 283 bilhões, valor que supera com folga toda destinação prevista para Saúde, Educação e Ciência e Tecnologia (R\$ 250 bilhões).

Paradoxalmente, temos em nosso País um dos melhores projetos de sistema universal de Saúde; enquanto isso a injeção de recursos ao setor é uma das piores do planeta. São cerca de US\$ 1.300 per capita ao ano, contra a média de US\$ 4.500 do Canadá e da França e de US\$ 3.300 da Inglaterra, que também oferecem atendimento gratuito para todos.

Assim, as perspectivas para os brasileiros que necessitam de atendimento público pioram a cada dia. Neste momento enfrentamos um surto de febre amarela, que pode até virar uma pandemia. Só que não existem políticas claras e consolidadas para enfrentar a situação e, o que é mais grave, conforme especialistas o País não está preparado para um eventual estouro do número de casos, já que a rede de leitos de Unidades de Terapia Intensiva (UTIs) e a capacidade de exames seguem saturadas e não há verbas disponíveis para reverter tal quadro.

Diante de tantas incongruências e da falta de senso público da maior parte dos nossos políticos, existe somente uma chance para salvar o paciente Brasil: votar bem nas próximas eleições, extirpando males históricos que nos impedem de progredir.

(*) - É presidente da Sociedade Brasileira de Clínica Médica.

Conselho de Ética da Câmara abre processo de cassação contra quatro deputados

O Conselho de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara instaurou ontem (27) processos de cassação contra os deputados Lúcio Vieira Lima (PMDB-BA), Celso Jacob (PMDB-RJ), João Rodrigues (PSD-SC) e Paulo Maluf (PP-SP)

O colegiado também sorteou 12 parlamentares entre os quais serão escolhidos os relatores que darão parecer favorável ou não aos quatro processos.

Segundo o presidente do conselho, Elmar Nascimento (DEM-BA), a escolha do relator de cada processo será anunciada na próxima semana. O deputado não estabeleceu cronograma de análise dos processos, mas adiantou que acredita que o resultado pode sair ainda no primeiro semestre. O conselho tem o prazo de 10 dias úteis para emitir o parecer preliminar e mais 40 dias úteis para conclusão dos processos. Cada deputado tem direito de defesa no prazo de cinco dias úteis. Os relatores não podem ser do mesmo partido ou do mesmo estado que os deputados investigados.

O deputado Celso Jacob



Paulo Maluf, Lúcio Vieira Lima, Celso Jacob e João Rodrigues.

(PMDB-RJ) está preso desde junho do ano passado no Complexo Penitenciário da Papuda, em Brasília. Ele foi condenado em 2006 por falsificação de documento público e dispensa irregular de licitação quando o peemedebista era prefeito de Três Rios (RJ). O deputado Lúcio Vieira Lima (PMDB-BA) é investigado pelo crimes de

lavagem de dinheiro e associação criminosa. Em setembro do ano passado, a Polícia Federal apreendeu R\$ 51 milhões em um apartamento da família do deputado, em Salvador. Para a PF, a família Vieira Lima usou subterfúgios para receber, transportar e armazenar os valores.

Ex-governador de São Paulo

e ex-prefeito da capital, Paulo Maluf (PP-SP) está preso desde dezembro, cumprindo pena de sete anos e nove meses pelo crime de lavagem de dinheiro. Maluf foi afastado do mandato parlamentar em 19 de fevereiro. João Rodrigues (PSD-SC) foi condenado em segunda instância pela Justiça Federal a cinco anos e três meses por dispensa irregular de licitação, quando ocupou o cargo de prefeito de Pinhalzinho (SC). O deputado foi preso em São Paulo último dia 02 de fevereiro.

“O ideal para evitar qualquer tipo de ilegalidade e intervenção do Poder Judiciário é que a gente assegure ampla defesa e contraditório, para que com toda tranquilidade os membros possam votar aqui com imparcialidade. (...) Se os prazos regimentais forem cumpridos a gente não vai chegar até essa data [junho]”, disse o presidente do Conselho (ABR).

Arábia nomeia 1ª mulher como vice-ministra do Trabalho

Em mais uma decisão rara, o governo da Arábia Saudita nomeou ontem (27) uma mulher como vice-ministra do Desenvolvimento Trabalhista e Social como parte de um processo de reforma do gabinete, informou a agência estatal “SPA”.

De acordo com o jornal “Al Arabiya”, Tamader Al Rammah Yousef Mogbel Al Rammah é graduada em medicina pela Universidade Rei Saud, com mestrado pela Universidade de Bangor, no Reino Unido, e doutorado em engenharia médica e radiologia pela Universidade de Manchester.

A nova vice-ministra já trabalhou na Comissão de Direitos Humanos da Arábia, além de fazer parte do ministério para assuntos sociais e familiares. Ela será a segunda mulher na história do reino a ocupar o cargo na pasta do Trabalho. A medida faz parte de uma ampla reforma adotada pelo rei Salman para integrar as mulheres na vida social do país. O projeto é levado a cabo pelo príncipe herdeiro Mohammed Bin Salman, tido como líder de facto da Arábia Saudita e que está por trás de um programa de modernização da nação (ANSA).

Eunício: tramitação de MP que cria Ministério da Segurança será rápida

O presidente do Senado, Eunício Oliveira (MDB-CE), afirmou ontem (27) que vai dar celeridade à tramitação da MP que cria o Ministério Extraordinário da Segurança Pública. Após participar da cerimônia de posse de Raul Jungmann como ministro da nova pasta, no Palácio do Planalto, o senador reafirmou que o tema da segurança pública será prioritário na pauta do Congresso.

O senador disse ainda que pretende votar em março o projeto que trata da criação do Sistema Integrado de Segurança Pública. Ele explicou que ainda está “enxugando o texto” em conjunto com o presidente da Câmara, Rodrigo Maia, ministros do STF, do STJ e membros do Conselho Nacional do Ministério Público, entre outros órgãos.

Ao falar com a imprensa, o presidente do Senado negou que o estado do Ceará possa vir a solicitar intervenção na segurança em razão do assas-



Presidente do Senado, Eunício Oliveira.

sinato do traficante Rogério Jeremias de Simone, vulgo Gegê do Manguê, encontrado morto em uma área indígena localizada em Aquiraz. O traficante, que estava foragido, é acusado de chefiar uma organização criminosa criada em São Paulo.

“Eu sou contra a intervenção pela intervenção. No caso do Rio foi uma intervenção parcial, com a anuência do governador e

por isso de pronto teve o meu apoio. O estado do Ceará não precisa disso. O governador Camilo Santana tem o controle, as polícias do estado do Ceará estão envolvidas diretamente nessa investigação e nós conseguimos uma força tarefa para auxiliá-los, e por isso, nós vamos botar no Ceará pra correr ou pra prender”, afirmou Eunício (ABR).

Importância do debate sobre rotulagem dos alimentos

Alexsandro Loyola



Deputado Vanderlei Macris (PSDB-SP).

O deputado Vanderlei Macris (PSDB-SP) participou de debate sobre as dificuldades dos brasileiros na hora de buscar informações nutricionais e a revisão dessas informações nos rótulos de alimentos. O tema foi abordado pelo programa “Participação Popular”, da TV Câmara. O tucano falou de sua proposta, o projeto que sinaliza com as cores verde, amarelo e vermelho os níveis de carboidratos, sal, açúcar e gordura na composição do alimento.

O parlamentar fez menção à problemática das doenças causadas pela má alimentação e consumo excessivo de determinados componentes dos alimentos, e explicou que o Brasil não pode ficar de fora das discussões sobre a necessidade de melhorar a forma como as informações de rótulo são apresentadas. Ao ressaltar que outros países já travaram esse

debate, Macris reforçou que é preciso chegar a um consenso.

De acordo com o projeto, os fabricantes seriam obrigados a veicular, em quadro informativo de fácil e destacada visualização na parte frontal da embalagem do produto, as quantidades totais e percentuais de carboidratos, sal, açúcar e gordura na composição do alimento. Para cada célula desses componentes, haveria uma cor de fundo:

- 1) verde, se a quantidade do nutriente constante na fórmula apresentar níveis abaixo dos recomendados para o consumo diário;
- 2) amarelo, se a quantidade do nutriente apresentar níveis semelhantes aos recomendados;
- 3) vermelho, se a quantidade apresentar níveis superiores aos recomendados para o consumo diário (psdbnacamar).

Aloysio Nunes inicia missão diplomática no Oriente Médio

O ministro das Relações Exteriores do Brasil, Aloysio Nunes, iniciou ontem (27) uma visita oficial ao Oriente Médio, que irá até 6 de março e incluirá Israel, Palestina, Jordânia e Líbano. A viagem acontece em meio ao clima de tensão na região por causa do reconhecimento de Jerusalém como capital israelense pelo presidente dos Estados Unidos, Donald Trump - o Itamaraty não endossou a decisão e disse que o status da cidade deve ser definido em negociações.

Em 27 e 28 de fevereiro, Nunes estará em Israel e deve ser recebido pelo primeiro-ministro Benjamin Netanyahu e pelo presidente Reuven Rivlin. Além disso, o chanceler visitará um memorial às vítimas do Holocausto. Nos dois dias seguintes, o ministro passará pela Palestina, para reuniões com o presidente Mahmoud Abbas e com o primeiro-ministro Rami Hamdallah - o Brasil é um dos países que reconhecem o Estado palestino. Já em 4 de março, Nunes



Ministro das Relações Exteriores do Brasil, Aloysio Nunes.

irá à Jordânia, onde verá o rei Abdullah II, antes de embarcar para o Líbano, onde terá encontros com o presidente Michel Aoun e o primeiro-ministro Saad Hariri. Segundo o Itamaraty, o objetivo da viagem é fortalecer o papel do Brasil como “parceiro privilegiado” dos países do Oriente Médio e reiterar seu apoio à “solução dos conflitos na região”.

Em 2014, Brasil e Israel protagonizaram uma crise após um porta-voz do Ministério das Relações Exteriores israelense ter chamado o país sul-americano de “ano diplomático”. A declaração foi uma resposta à convocação para consultas do embaixador brasileiro em Tel Aviv por causa da ofensiva contra o Hamas em Gaza (ANSA).

Isenção de impostos e taxas aos produtos da cesta básica

Os produtos que compõem a cesta básica poderão ser isentos – ou submetidos à alíquota zero – de todos os impostos, contribuições e taxas, de competência federal, estadual e municipal, que sobre eles incidem direta ou indiretamente ao longo de toda a cadeia produtiva e distributiva. É o que prevê o projeto do deputado Heuler Crivinel (PSD-GO), em análise na Câmara. “A carga tributária sobre os produtos de consumo básico no nosso País é muito elevada e onera sobremaneira o custo final dos produtos”, justifica o parlamentar. Ele cita como exemplos de impostos que incidem sobre esses produtos o IPI, o ICMS e o PIS.

Segundo a proposta deverão compor a cesta básica, para efeitos da medida, pelo menos os seguintes produtos: açúcar, refinado e cristal; alho; arroz; biscoito; café, torrado ou moído; carne de gado, frango e galinha; charque; creme dental; esponja de aço; extrato de tomate; farinha de mandioca; farinha de trigo; feijão; fubá; leite desidratado; macarrão; óleo de soja; pão; pescado; preservativo (camisinha); sabão em pedra; sabonete; sal de cozinha; salsicha, lingüiça e mortadela; sardinha em lata.

O texto prevê que o Poder Executivo vai regulamentar a lei, caso seja aprovada, no prazo de até 60 dias após a sua publicação, inclusive relativamente à fiscalização do seu cumprimento. A proposta será analisada, em caráter conclusivo, pelas comissões de Seguridade Social e Família; de Finanças e Tributação e de Constituição e Justiça (Ag.Câmara).

Lula depõe à PF sobre mesada da Odebrecht para seu irmão

O ex-presidente Lula prestou depoimento na última segunda-feira (26) à Polícia Federal (PF), em São Paulo, no inquérito que apura o pagamento de uma mesada de R\$ 5 mil ao seu irmão Frei Chico feito pela construtora Odebrecht. O depoimento de Lula durou cerca de duas horas e o petista negou o pagamento da quantia para seu irmão.

A suposta mesada veio à tona através de uma delação premiada de dois executivos da Odebrecht, Hilberto Mascarenhas Alves da Silva Filho e Alexandrino de Salles Ramos Alencar. De acordos com eles, pelo período de 13 anos, a empreiteira pagava um valor de até R\$ 5 mil ao irmão de Lula. A quantia recebida por Frei Chico era de conhecimento do ex-presidente, e tinha como fina-

lidade algumas trocas de favores entre agente públicos e empresários.

Ainda segundo os delatores, as mesadas começaram em 2003, quando Lula assumiu a presidência do país. No início, o irmão do petista recebia R\$ 9 mil a cada trimestre, mas após pedir um aumento, a empreiteira passou a pagar R\$ 5 mil (ANSA).